

Sumário

Nota do autor à 1ª edição	xv
Apresentação	xix
Prefácio da obra.....	xx

Capítulo I

Princípios constitucionais no direito civil contemporâneo

1. Introdução.....	1
2. O Direito Civil e a transição do Estado Liberal para o Estado Social	4
3. Liberalismo e Direito Civil.....	10
4. Estado Social e Direito Civil.....	17
5. Princípios Constitucionais e sua relevância para o direito civil.....	19
5.1. Princípios Constitucionais a serem observados nas relações jurídicas entre particulares	28
5.2. Diferenças entre regras e princípios	36
5.3. Princípio da dignidade da pessoa humana	47
5.4. Solidariedade Social e Igualdade Substancial.....	52

Capítulo II

Teoria geral da personalidade civil da pessoa humana

1. Noções Gerais sobre a personalidade da pessoa humana	57
2. Evolução da ideia de pessoa e personalidade	60
3. Personalidade Jurídica e Capacidade	65
4. Aquisição e Início da Personalidade Jurídica da Pessoa Humana.....	70
5. Nascituro e Embrião – Personalidade Jurídica.....	85
5.1. ADI nº3.510 – Pesquisas de Células-tronco Embrionárias.....	90

Capítulo III

Teoria geral da incapacidade da pessoa humana.
Capacidade de direito (gozo ou aquisição) e de fato (exercício)

1. noções gerais sobre capacidade de direito.....	109
2. Capacidade de Fato – Noções Gerais	111
3. Capacidade de Fato e Sua Nova Concepção. Crítica ao Código Civil. Incapacidade Formal e Material.....	113
3.1. Incapacidade Material:.....	113
3.2. Incapacidade Formal – Art. 3º e 4º do Código Civil:	118

3.1. Incapacidade Formal Absoluta	119
3.2. Incapacidade Formal Relativa.....	130
4. Proteção dos Incapazes – Disposições Específicas do Código Civil.....	142
4.1. Benefício de Restituição.....	146
5. Incapacidade e ilegitimação. Diferenças.....	148
6. Cessação da Incapacidade e Emancipação	150

Capítulo IV

Término da personalidade civil e registro da pessoa natural

1. Noções preliminares sobre o término da personalidade civil.....	163
1.1. Morte Real	164
1.2. Morte Presumida sem Decretação da Ausência	166
2. Comoriência.....	169
3. Registro Público e Pessoa Natural. Questões sobre Estado	171

Capítulo V

Término da personalidade civil e ausência

1. Considerações Preliminares sobre o Instituto da Ausência.....	175
2. Conceito de ausência.....	177
3. Fases da Ausência – Procedimento.....	179
3.1. Curadoria dos bens do ausente – 1ª fase.....	179
3.2. Fase da Sucessão Provisória – 2ª Fase	184
3.3. Fase da Sucessão Definitiva – 3ª Fase	199
4. Hipótese Especial de Sucessão Definitiva.....	204
5. Efeitos Extrapatrimoniais da Sucessão Definitiva.....	205

Capítulo VI

Teoria dos direitos da personalidade da pessoa humana

1. Considerações Preliminares	209
2. Evolução dos Direitos da Personalidade – Origem Histórica	210
3. Conceito dos Direitos da Personalidade	217
4. Objeto dos Direitos da Personalidade.....	220
5. Fontes dos Direitos de Personalidade	222
6. Características dos Direitos da Personalidade	228
7. Direitos da Personalidade, Eficácia Horizontal e Liberdades Públicas	246
8. Direitos da Personalidade, Direitos Fundamentais e Direitos Humanos.....	263
9. Classificação dos Direitos da Personalidade.....	264

9.1. Classificação – Direito à Vida e Integridade Física	265
9.2. Classificação dos Direitos da Personalidade – Direito ao Nome	283
9.3. Classificação dos Direitos da Personalidade – Integridade Moral – Imagem e Honra	299
9.4. Classificação dos Direitos da Personalidade – Direito à Intimidade e vida privada	309

Capítulo VII

Pessoa jurídica – teoria geral

1. Princípios.....	317
2. Origem. Evolução da Pessoa Jurídica como conceito e sujeito de direito	322
3. Existência e Natureza da Pessoa Jurídica. Teorias.	326
3.1. Teoria da Ficção Legal.....	326
3.2. Teoria da Realidade Objetiva ou Orgânica.....	328
3.3. Teoria da Realidade Técnica.....	329
3.4. Teoria Institucional	331
4. Conceito de Pessoa Jurídica	332
5. Requisitos ou Pressupostos para a Existência da Pessoa Jurídica. Aquisição da Personalidade Jurídica.....	334
6. Personalidade e Efeitos.....	336
6.1. Responsabilidade Civil da Pessoa Jurídica. No âmbito Contratual e Extracontratual.....	341
6.1.1. Teoria Ultra Vires e Teoria da Aparência. Análise do Artigo 47 do Código Civil em Confronto com Essas Teorias.....	347
6.1.2. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas de Direito Público.....	353
6.1.3. Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas	360
7. Pessoa Jurídica. Direitos que Decorrem da Personalidade.....	367
8. Desconsideração da Personalidade Jurídica da pessoa Jurídica no Código Civil.....	371
8.1. Terminologia e Conceito.....	371
8.2. Evolução da Teoria Disregard Doctrine.....	375
8.3. Teoria Maior e Teoria Menor da Desconsideração	377
8.4. Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código Civil – artigo 50.....	383
8.5. A teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica e a Questão da Responsabilidade Direta dos Administradores. Análise Crítica.....	392
9. Modificação e Extinção da Pessoa Jurídica.....	394
10. Classificação das Pessoas Jurídicas	395
10.1. Pessoas Jurídicas de Direito Público Externo e Interno	395

10.1.1. Autarquias, Associações Públicas e outras Entidades de Caráter Público Criadas por Lei	397
10.2. Pessoas Jurídicas de Direito Privado	404
10.2.1. Associações	404
10.3. Fundação Privada	416
10.4. Sociedades Empresárias e Simples	424
10.5. Organizações religiosas.....	427
10.6. Partidos Políticos	429

Capítulo VIII

Teoria do domicílio pessoa natural e jurídica

1. Considerações Preliminares. Conceito de Domicílio.....	431
1.1. Elementos do Domicílio, Segundo a Definição Legal.....	432
1.2. Domicílio da Pessoa Natural. Pluralidade.....	434
1.3. Domicílio Desvinculado da Residência	437
2. Mudança ou Alteração do Domicílio	438
3. Domicílio Necessário e Legal.....	439
4. Domicílio das Pessoas Jurídicas.....	442
5. Domicílio de Eleição	443

Capítulo IX

Teoria dos “bens jurídicos” Objeto de direitos

Objeto de Direitos.....	447
1. Sistematização dos Bens no Código Civil	447
2. Análise dos Termos: “Bem Jurídico” e “Coisa”	448
3. Definição de “Bem Jurídico”. Conceito	451
4. Estrutura do Objeto da relação jurídica.....	452
5. Disciplina dos Bens corpóreos e Incorpóreos.....	455
6. A questão do “Patrimônio”	458
7. Classificação dos bens no Código Civil – Bens reciprocamente considerados – Bens Considerados em si mesmo e Bens públicos e Privados	468
7.1. Os Bens em si Considerados	469
7.1.1. Bens Imóveis e Bens Móveis	469
7.1.2. Bens Fungíveis e Infungíveis	484
7.1.3. Bens Consumíveis	489
7.1.4. Bens divisíveis e Indivisíveis.....	491
7.1.5. Bens singulares e Coletivos	494

7.1.6. Bens fora comércio.....	499
7.2. Os bens reciprocamente considerados.....	499
7.2.1. Análise dos bens principais e acessórios. Características.....	500
7.2.2. Pertenças. Conceito. Natureza e Regime Jurídico	514
8. Bens Públicos e Bens Privados	529
9. Bem de Família.....	543

Capítulo X

Teoria geral do fato jurídico

1. Noções Preliminares.....	555
2. Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo.....	559
2.1. Fato Jurídico em Sentido Estrito.....	562
2.2. Ato-fato jurídico	565
2.3. Ações humanas – Lícitas (Ato Jurídico em Sentido Amplo) e Ilícitas.....	569
2.3.1. Ato Jurídico em Sentido Estrito.....	571
2.3.2. Teoria do Negócio Jurídico – Considerações Preliminares	576
2.3.2.1. Autonomia da Vontade e Autonomia Privada. Evolução.....	577
2.3.2.2. Negócio Jurídico – Conceito.....	585
2.3.2.3. Regras de interpretação do negócio jurídico. Considerações Preliminares.....	588
2.3.2.4. Interpretação do Negócio Jurídico. Teorias da Vontade e da Declaração.....	589
2.3.2.5. Interpretação do Negócio Jurídico – Boa-Fé	597
2.3.2.5. Interpretação dos Negócios Jurídicos Benéficos e a Renúncia	601
2.3.2.6. Interpretação do Negócio Jurídico e o Silêncio	604
2.3.2.7. Interpretação do Negócio Jurídico e “Teoria da Reserva Mental”.....	606
2.3.2.8. Existência, Validade e Eficácia do Negócio Jurídico.....	610
2.3.2.9. Pressupostos de Existência.....	610
2.3.2.10. A Controvertida Questão da Causa do Negócio Jurídico	613
2.3.2.11. Pressupostos de Validade do Negócio Jurídico – Plano de Validade....	616
2.3.2.11.1. 1º Pressuposto de Validade: Vontade Livre, sem Vícios, Devendo, ainda, ser Exteriorizada por Agente Capaz e Legitimado – Inciso I do Artigo 104 do CC	617
2.3.2.11.2. Capacidade e Legitimação	618
2.3.2.11.3. Questão da Boa-Fé Objetiva.....	622
2.3.2.11.4. 2º Pressuposto de Validade – Objeto Lícito, Possível, Determinado ou Determinável – Inciso II do Artigo 104.....	624
2.3.2.11.5. 3º Requisito de validade – Formalidade – Artigo 104, III, do CC.	630

Capítulo XI Teoria da representação

1. Noções Preliminares.....	635
2. Conceito de Representação	635
3. Representação Própria e Representação Imprópria	638
4. Representação Aparente e a Questão do Poder na representação.....	642
5. Espécies de Representação – Legal e Convencional.....	646
6. Representação Convencional e Teoria da Separação.....	653
7. Representação e Contrato Consigo Mesmo.....	657
8. Conflito de Interesses entre Representante e Representado	663

Capítulo XII Elementos acidentais do negócio jurídico Condição. Termo. Encargo

Elementos Acidentais do Negócio Jurídico	665
Condição. Termo. Encargo.....	665
1. Considerações Preliminares	665
2. Condição – Artigos 121 a 130	667
2.1. Condição e Licidade – Condições Ilícitas e Proibidas.....	670
2.2. Condição e Possibilidade.....	673
2.3. Condição – Modo de Atuação – Suspensiva e Resolutiva	675
3. Termo	684
4. Encargo – artigos 136 e 137.....	686

Capítulo XIII Teoria dos defeitos do negócio jurídico

1. Introdução.....	691
2. Erro ou Ignorância – Artigos 138 a 144 do Código Civil	693
2.1. Erro de Direito	703
2.2. Erro Vício e Erro Obstáculo.....	706
2.3. Erro e Vício Redibitório.....	707
2.4. Erro e Motivo – o Problema do Falso Motivo.....	708
2.5. Transmissão Errônea da Vontade	709
2.6. Erro de Cálculo	710
2.7. Erro de Indicação da Pessoa ou de Coisa – Conservação do Negócio Jurídico	711
2.8. Erro não Prejudicial à Validade do Negócio	712
3. Dolo – Artigos 145 a 150 do CC	713
3.1. Dolo Principal e Dolo Acidental.....	714

3.2. Dolo Positivo e Dolo Negativo.....	717
3.3. Dolo do Próprio Interessado e Dolo de Terceiro.....	718
3.4. Dolo do Representante Legal e Convencional	720
3.5. Dolo Bilateral ou Recíproco.....	721
4. Coação – Artigos 151 a 155 do CC	722
4.1. Coação Exercida por Terceiro	730
5. Lesão – Art. 157 do Código Civil	731
5.1. Introdução.....	731
5.2. Evolução e história da Lesão até sua introdução na legislação civil.....	733
5.2.1. Lesão no Código de Defesa do Consumidor	736
5.3. Princípios e Fundamentos da lesão	737
5.4. Espécies de Lesão	740
5.4.1. Lesão Civil – Artigo 157 do Código Civil.....	741
5.5. Lesão e contratos aleatórios	747
5.6. Efeitos da Lesão e Princípio da Conservação ou Preservação do Negócio Jurídico	751
5.7. Momento da Lesão.....	754
6. Estado de perigo – Art. 156 do Código Civil.....	755
7. Fraude Contra Credores.....	762
7.1. Considerações Preliminares	762
7.2. Caracterização da Fraude – Elementos.....	763
7.3. Elementos da Fraude e Natureza dos Negócios Jurídicos	767
7.4. Preservação do Negócio Jurídico em que se Caracteriza a Fraude	770
7.5. Questão da legitimidade. A quem aproveita a anulação dos negócios fraudulentos e quem tem legitimidade para pedir a anulação?	771
7.6. Processo e ação Pauliana – Efeitos da Ação Pauliana.....	774
7.7. Presunção de Boa-fé em Relação A Atos e Negócios Praticados por Devedor Insolvente.....	779
7.8. Casos específicos de Fraude	779
7.9. Fraude à Execução e Fraude Contra Credores Breves Considerações.....	780

Capítulo XI

Teoria da “invalidez” Do negócio jurídico

1. Considerações Preliminares	787
2. Espécies de Invalidez – Ato e Negócio Nulo e Anulável – Nulidade e Anulação – Regimes Jurídicos	791
2.1. Hipóteses Legais de Nulidade	792
2.2. Simulação.....	798

2.2.1. Considerações Preliminares – Introdução	798
2.2.2. Conceito de Simulação	799
2.2.3. Espécies de Simulação.....	802
2.2.4. Legitimidade.....	806
2.2.5. Simulação Objetiva e Subjetiva e Casos Específicos de Simulação.....	808
2.2.6. Tutela aos Interesses de Terceiro de Boa-Fé	810
2.2.7. Simulação e Reserva Mental.....	812
2.3. Legitimidade para Arguir a Nulidade e Reconhecimento de Ofício	813
2.4. Confirmação e Convalescimento do Negócio Nulo pelo Decurso do Tempo ...	814
2.5. “Conversão” do Negócio Jurídico Nulo	817
2.6. Resumo do Regime das Nulidades	822
3. Ato ou negócio Jurídico Anulável – regime Jurídico.....	823
3.1. Hipóteses legais de Anulação.....	824
3.2. Legitimidade para Anulação e Possibilidade de Reconhecimento de Ofício.....	826
3.3. Confirmação ou Convalescimento do Ato ou Negócio Jurídico Anulável.....	827
3.4. Prazo para o Legitimado Requerer a Anulação	829
3.5. Convalescimento do ato ou Negócio pela Autorização	831
Posterior de Terceiro	831
4. Invalidez do Instrumento e Invalidez Parcial (redução do negócio jurídico)	833
5. Efeitos do Negócio Nulo e Anulável – Nulidade de Pleno Direito e Tutela dos Interesses de Terceiros de boa-fé.....	835

Capítulo X

Teoria do ato ilícito e abuso de direito

1. Considerações Preliminares sobre o ato ilícito	841
2. Ato ilícito – Elementos – artigo 186.....	847
2.1. Nexo de Causalidade e Responsabilidade Civil	852
2.2. Dano e Responsabilidade Civil	858
2.3. Conclusão do Ato Ilícito	862
3. Ato Ilícito Subjetivo do Artigo 186 e Consequente Responsabilidade civil	865
4. “Diferença” entre Responsabilidade Civil Contratual e Responsabilidade Civil Extracontratual	866
5. Ato Ilícito Objetivo como Fonte de Responsabilidade Civil	868
6. Teoria do Abuso de Direito e Ilícito Objetivo	869
6.1. A Questão da Boa-Fé Objetiva e da Culpa na Teoria do Abuso de Direito.....	876
6.2. Casos Específicos de Abuso de Direito	878
6.3. Proibição do Comportamento Contraditório (venire contra factum proprium), supressio (Verwirkung), surrectio (Erwirkung) e tu quoque.....	881

6.3.1. Supressio – Surrectio – Tu Quoque	888
7. Causas Excludentes da Ilícitude	892

Capítulo XVI Prescrição e decadência

Prescrição e Decadência	895
1. Considerações Preliminares. Conceito de Prescrição e Decadência	895
2. Prescrição	897
2.1. Requisitos para a Caracterização da Prescrição	901
2.2. Exceção e Prescrição	902
2.3. Prescrição e Renúncia	903
2.4. Prazo de Prescrição e alteração	907
2.5. Prescrição e Momento para Alegação.....	908
2.6. Prescrição e Responsabilidade Civil.....	909
2.7. Prescrição e Sucessão	910
2.8. Causas Impeditivas e Suspensivas da Prescrição	911
2.9. Causas Interruptivas da Prescrição	920
2.9.1. Legitimidade para Interromper a Prescrição e Efeitos da Interrupção da Prescrição	926
2.10. Prazos de Prescrição	928
3. Decadência.....	938

Capítulo XVII Prova do negócio jurídico

1. Considerações Preliminares	943
2. Meios de Prova do Fato Jurídico	946
2.1. Confissão	947
2.2. Documento	949
2.3. Testemunhas.....	954
2.4. Presunções.....	957
2.5. Perícia.....	958
Referências Bibliográficas.....	959